

Editores

Ceci Maria Costa Baptista Mariani,
Breno Martins Campos

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Recebido

2 set. 2025

Aprovado

4 mar. 2026

No lugar de Deus: ensaios (neo)teocráticos

In the Place of God: (Neo)Theocratic Essays

Petterson Brey¹ 

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: <pettersonbrey@gmail.com>.

Como citar este artigo: Brey, P. No lugar de Deus: ensaios (neo)teocráticos. *Reflexão*, v. 51, e2617082, 2026. <https://doi.org/10.24220/2447-6803v51a2026e17082>.

Passos, J. D. *No lugar de Deus: ensaios (neo)teocráticos*. São Paulo: Paulinas, 2021.

O livro *No lugar de Deus: ensaios (neo)teocráticos*, de João Décio Passos, publicado em 2021 pela Editora Paulinas, situa-se no horizonte das interseções entre ciência da religião, teologia política e análise sociológica da modernidade tardia. A obra nasce do espanto teórico e existencial que o autor reconhece diante da emergência, em pleno século XXI, de governos que reivindicam para si uma legitimação religiosa, valendo-se de símbolos sagrados, *slogans* e narrativas bíblicas para fundamentar políticas públicas e justificar estratégias de poder. Nesse sentido, trata-se de um livro que alia a erudição do cientista da religião ao olhar crítico do intelectual público, empenhado em compreender um fenômeno contemporâneo de amplitude global, mas que no caso brasileiro assume cores particularmente intensas, visíveis no modo como o bolsonarismo se constituiu em projeto de poder político sustentado pela apropriação explícita da fé cristã. O fio condutor da reflexão é o conceito de *neoteocracia*, categoria que procura nomear a atualização do imaginário teocrático em contextos democráticos, híbridos e marcados pelo pluralismo religioso, mas que ainda assim são atravessados pela força de discursos que proclamam o “poder de Deus” como fundamento da ordem social e política. O livro, portanto, não é apenas uma revisão histórica do teocratismo ocidental, nem tampouco uma denúncia panfletária da manipulação da fé, mas uma análise rigorosa que articula tradição e atualidade, mito e política, revelando as tensões entre laicidade, democracia e religião.

João Décio Passos é doutor em Ciências Sociais e livre-docente em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instituição na qual atua como professor associado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião e coordena o grupo de pesquisa *Religião e Política*. Sua trajetória acadêmica é marcada por uma rara capacidade de transitar entre o universo das ciências sociais e o campo teológico, movimento que lhe confere uma posição singular na produção brasileira sobre religião, política e cultura. Autor de diversas obras e artigos, Passos

tem se dedicado a compreender os modos pelos quais a religião se inscreve no espaço público e se articula às dinâmicas do poder, refletindo sobre os processos de secularização, sobre o papel do pentecostalismo na política brasileira e sobre os limites da laicidade estatal. Entre seus trabalhos de maior repercussão destacam-se: *Compêndio de Ciência da Religião* (2013), organizado em coautoria com Frank Usarski, que foi laureado com o Prêmio Jabuti Acadêmico de 2014, verdadeiramente uma das maiores obras de referência do campo da Ciência da Religião; *A salvação da pátria amada: religião e extrema direita no Brasil* (2024), uma coletânea organizada em coautoria com Wagner Lopes Sanchez, que também foi laureada com o Prêmio Jabuti Acadêmico de 2025; *Teologia do Domínio e usos de Deus na política* (2025) – sendo, estes dois últimos, desdobramentos de ideias germinadas no livro agora resenhado. Há de se dizer, enfim, que, com cerca de cem artigos acadêmicos publicados, autor/editor/organizador de quase cinquenta livros e autor de setenta capítulos de livro, João Décio Passos é reconhecido como uma das vozes mais lúcidas e consistentes no debate atual sobre religião e política, pois, ao conjugar rigor metodológico com clareza de exposição, assume uma postura crítica que, sem abdicar da densidade acadêmica, dialoga diretamente com os dilemas urgentes da sociedade brasileira e global.

O livro inicia seu percurso com o primeiro capítulo, intitulado *O retorno do poder de Deus*, no qual o autor argumenta que a consciência teocrática jamais desapareceu por completo do horizonte político ocidental. Mesmo após os processos de secularização e a consolidação do Estado moderno laico, permanece viva a memória de um poder fundado em Deus, o qual ressurge em momentos de crise social e política como promessa de segurança e salvação. Passos descreve esse fenômeno como um eterno reaparecer de narrativas legitimadoras, nas quais líderes carismáticos são investidos de autoridade transcendente para restaurar uma ordem ameaçada. O capítulo, ao mesmo tempo histórico e analítico, mostra como o anseio por segurança diante da autonomia democrática e do risco inerente à liberdade leva setores da sociedade a reivindicar novamente o poder divino como fundamento político, reinstalando uma lógica regressiva em meio à modernidade pluralista.

No segundo capítulo, *A questão das novas teocracias*, Passos apresenta a categoria central que atravessa todo o livro: a noção de *neoteocracia*. Diferentemente das formas clássicas que marcaram a Antiguidade e a Idade Média, a *neoteocracia* não depende de sistemas teológicos coerentes ou instituições religiosas monolíticas, mas configura-se como um arranjo híbrido, fragmentário e adaptável. Ela emerge no interior de democracias frágeis e pluralistas, apropriando-se de *slogans*, símbolos e narrativas de caráter religioso para consolidar lideranças autoritárias. Não se trata de um retorno puro e simples do passado, mas de uma metamorfose que opera em sintonia com a cultura midiática e com a lógica da política-espetáculo. O autor insiste que a democracia, paradoxalmente, pode funcionar como veículo de discursos antidemocráticos, legitimados pela retórica da fé e pela invocação de um poder divino, por parte de líderes carismáticos (Weber, 1997), que se pretendem acima das instituições.

O terceiro capítulo, *Pátria amada*, idolatrada, explora o modo como o nacionalismo religioso se constitui em eixo articulador da *neoteocracia* brasileira, especialmente no contexto do bolsonarismo. Passos analisa a sacralização da pátria, elevada à condição de entidade eleita e guardada por Deus, cujo destino deve ser protegido contra inimigos internos e externos. Nesse processo, símbolos como a bandeira, o hino e a própria expressão “pátria amada” adquirem status quase litúrgico, fundindo religião e nacionalismo em um imaginário de guerra espiritual. A idolatria da pátria, longe de ser um fenômeno meramente retórico, cumpre função política precisa: substituir o debate democrático pela obediência mística ao líder que se apresenta como mediador da salvação nacional. O capítulo revela, assim, como o amor à pátria é manipulado em

chave religiosa, produzindo exclusões e alimentando polarizações que corroem a cidadania plural (Thompson, 1995).

No quarto capítulo, *O Deus Pantocrator no comando da pátria amada*, o autor retoma a imagem arquetípica do Deus soberano, o Pantocrator, que ao longo da tradição cristã legitimou impérios e monarquias. Essa figura é reinterpretada no cenário contemporâneo para sustentar a autoridade absoluta de líderes políticos, apresentados como escolhidos por Deus para governar. A retórica do “Deus no comando” legitima tanto a ordem instituída quanto a violência contra opositores, funcionando como mecanismo de sacralização do poder. Passos mostra como, nesse quadro, a crítica política se torna quase impossível, pois se revestir contra o líder equivale a insurgir-se contra o próprio Deus. A recuperação dessa simbologia arcaica em plena democracia moderna evidencia a persistência de dispositivos teológicos de poder e denuncia a vulnerabilidade da esfera pública diante da manipulação religiosa.

O quinto capítulo, *Panorama e modelos de teocracia*, cumpre a função de oferecer ao leitor um amplo mapeamento histórico e comparativo das diversas expressões de poder teocrático. Passos percorre desde o constantinianismo e o sacro-império até manifestações mais recentes, como as formas modernas de cristofascismo, evidenciando tanto permanências quanto rupturas. A análise dialoga com referenciais clássicos da sociologia e da filosofia política, notadamente Weber (1997), ao tematizar a legitimidade carismática, e outros autores que refletiram sobre o vínculo entre religião e poder. Ao sistematizar os modelos, o capítulo demonstra que as neoteocracias atuais não podem ser compreendidas como aberrações pontuais, mas como herdeiras de uma lógica política recorrente, que se reinventa em novos contextos (Eliade, 1999). O recurso a esse panorama histórico confere densidade teórica ao argumento central da obra e prepara o terreno para a análise posterior do mito político.

O sexto capítulo, *De volta ao mito*, aprofunda a dimensão simbólica do fenômeno, sublinhando o papel do mito como dispositivo estruturador do poder neoteocrático. O mito oferece narrativas de origem, projeta inimigos cósmicos e promete salvação, mobilizando afetos e instintos que a racionalidade política moderna não consegue conter (Eliade, 1972). Ao enfatizar o retorno do mito em plena modernidade, Passos sugere que o fracasso das promessas de autonomia democrática e progresso social reacende a busca por líderes messiânicos que encarnam arquétipos religiosos. A análise aproxima-se, neste ponto, da crítica freudiana (Freud, 1996) à massa e da reflexão marxiana sobre o caráter ideológico da religião, articulando mito e política em uma chave que explica tanto a adesão irracional quanto a manipulação consciente. Assim, o mito, longe de ser apenas resíduo arcaico, torna-se recurso fundamental da política contemporânea.

O sétimo capítulo, *Mito político e consciência fanática*, constitui talvez o ponto culminante da obra, por oferecer uma análise minuciosa da relação entre mito, massas e fanatismo. A consciência fanática se estabelece quando a fé no líder atinge dimensão absoluta, transformando-se em princípio de ação política. O mito político, neste caso, não apenas legitima a autoridade, mas molda subjetividades, criando um *ethos* de obediência, sacrifício e intolerância. Passos descreve o processo pelo qual o medo gera massas, e estas, em busca de salvação, aderem ao líder messiânico como portador do destino coletivo. O quadro delineado aproxima-se de uma leitura interdisciplinar que conjuga, por exemplo, Weber (1996), Freud (1996) e Marx (*apud* Bottomore, 2015), destacando, respectivamente, as noções de carisma, inconsciente coletivo e ideologia. O capítulo revela, portanto, como a neoteocracia se sustenta na manipulação da afetividade religiosa, capaz de converter crises em oportunidades de dominação.

Por fim, nas considerações finais, o autor retoma a categoria de neoteocracia, reafirmando sua relevância para o diagnóstico das transformações contemporâneas. A principal tese é que a

teocracia não constitui mero resíduo ultrapassado, mas fenômeno vivo e adaptável, que ressurge em contextos de fragilidade democrática e crise cultural. A neoteocracia opera em regime de fragmentação, combinando elementos religiosos, interesses políticos e estratégias midiáticas, compondo uma colcha de retalhos simbólica que, ainda assim, possui grande eficácia social. Passos argumenta que a crítica acadêmica deve ir além da mera denúncia, propondo caminhos para o fortalecimento da laicidade e para a resistência democrática frente ao uso ideológico da fé. O livro conclui, assim, com uma advertência e uma convocação: advertência quanto aos riscos da manipulação religiosa na política e convocação a uma reflexão crítica que articule ciência, filosofia e teologia em defesa da democracia.

No lugar de Deus se apresenta como obra de maturidade intelectual, resultado de anos de experiência em pesquisa de João Décio Passos no campo da religião e da política, mas também como diagnóstico urgente diante de uma conjuntura em que a democracia se vê corroída por forças regressivas que instrumentalizam a fé. Sua originalidade consiste em oferecer a categoria de *neoteocracia* como chave hermenêutica para compreender esse fenômeno, sem reduzi-lo a mera anomalia histórica ou a resíduo medieval, mas reconhecendo-o como forma política adaptável, eficaz e profundamente enraizada na cultura contemporânea. A estrutura da obra, que alterna capítulos de caráter panorâmico com análises conceituais e estudos de caso, revela uma escrita simultaneamente acessível e rigorosa, capaz de dialogar com o público acadêmico e com os leitores interessados na crítica pública da religião. Nesse sentido, trata-se de livro que se insere na tradição das grandes análises da teologia política, mas que, ao mesmo tempo, inova, ao tematizar o contexto brasileiro recente, oferecendo à reflexão nacional instrumentos para compreender a fusão entre religião e autoritarismo. O mérito do autor está em conjugar análise histórica, densidade conceitual e pertinência política, resultando em obra de referência para a ciência da religião, para a teologia e para as ciências sociais e políticas.

Referências

- Bottomore, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- Eliade, M. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- Eliade, M. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Freud, S. Por que a guerra? *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Passos, J. D.; Usarski, F. (org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013.
- Passos, J. D.; Sanchez, W. L. (org.). *A salvação da pátria amada: religião e extrema direita no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2024.
- Passos, J. D. (org.). *Teologia do Domínio e usos de Deus na política*. São Paulo: Ideias e Letras, 2025.
- Thompson, J. B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- Weber, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Presença, 1996.
- Weber, M. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.